



ID: 123410931

07-06-2026

# O trabalho e a *Magnifica Humanitas*



Helena Lopes

**N**a discussão da contrarreforma laboral, falou-se muito de emprego e esqueceu-se o trabalho.

O pacote laboral (des)regula as condições do *emprego*: estabilidade ou precariedade do contrato, salário, horas de trabalho, acesso à proteção social e à representação coletiva.

O *trabalho* é diferente do emprego, é a atividade de trabalho propriamente dita: a sua maior ou menor intensidade, grau de controlo e autonomia, individualização ou carácter coletivo, avaliação e organização. As condições de trabalho são decididas pelos órgãos de gestão, no seio das empresas.

O Direito do Trabalho visa limitar a *exploração* dos trabalhadores pelos proprietários do capital, para obterem lucro. A *opressão* dos trabalhadores pelos órgãos de gestão, que existe nas organizações públicas e privadas, só pode

ser limitada pela democracia no trabalho. Importa distinguir trabalho e emprego, e exploração e opressão; são fenómenos que requerem soluções diferentes.

A opressão, que remete para o exercício do poder, é exacerbada pela digitalização e pela IA, estando o poder a ser transferido dos gestores para dispositivos tecnológicos. Ao introduzir regras, no pacote laboral, que regulam o uso das ferramentas digitais na gestão dos trabalhadores, o Governo reconhece que delegar decisões a algoritmos representa uma ameaça.

É precisamente a expansão da tecnocracia que a encíclica *Magnifica Humanitas* visa denunciar. Decisões baseadas estritamente em critérios de eficiência, controlo e lucro reduzem as pessoas a meras engrenagens de sistemas que se querem cada vez mais eficientes. Paradoxalmente, a IA encerra uma forma de “contrarrobotização”: começou por automatizar as tarefas simples e repetitivas e está agora a substituir as tarefas intelectuais e criativas. A IA desqualifica muitos trabalhadores e submete-os a uma vigilância automatizada.

Ter um *emprego* (um contrato) estável é essencial, mas não devemos permitir que o *trabalho* se degrade e desumanize. A encíclica recomenda que a digitalização das organizações seja acompanhada da revisão dos processos de decisão, porque só a

participação dos trabalhadores pode salvaguardar a dignidade do trabalho. Mas será difícil resistir à suposta neutralidade e objetividade dos sistemas digitais, que ocultam os parâmetros culturais daqueles que os conceberam e invisibilizam o poder.

Na apresentação da encíclica, o Papa Leão XIV tinha a seu lado Christopher Olah, cofundador da Anthropic. Fizeram juntos “um apelo especial àqueles que desenvolvem inteligências artificiais”.

Os programadores da Google anteciparam o apelo. Sindicalizaram-se para poder participar nas decisões relativas ao desenvolvimento da IA. Dizem compreender os sistemas que criam melhor do que as entidades que os regulam e os gestores que os implementam. Se queremos uma IA que beneficie a humanidade, dizem eles, as decisões não podem ser tomadas só pelos dirigentes e investidores. É minha convicção de que o mesmo se aplica a todas as organizações, empresas privadas e organismos públicos, como escolas e hospitais.

É esse um pacote laboral para o século XXI: um conjunto de direitos que garanta a participação dos trabalhadores nas decisões.

Em Portugal, as leis que dão voz aos trabalhadores já existem, basta reforçá-las. Cumprindo o art. 89.º da Constituição da República Portuguesa, que institui

representantes dos trabalhadores nos órgãos de gestão das empresas públicas, e alargando esse direito às empresas privadas. E reforçando as comissões de trabalhadores, conferindo-lhes direito de co-decisão em matérias como gestão de horários, reorganização dos serviços, plataformas digitais e IA. A democratização do trabalho mobilizaria os jovens, podendo ajudar a revitalizar e rejuvenescer os sindicatos.

Há o risco de a *Magnifica Humanitas* ser associada à carta *Humans First*, endereçada por Steve Bannon a Donald Trump. O seu *slogan* “o humano contra a máquina” apela à regulação da IA, numa investida contra o projeto político-ideológico pós-humanista e elitista de Silicon Valley.

Contra o nacional-populismo da *Humans First* e a tecnocracia de Silicon Valley, a encíclica termina com a seguinte proposta: demitir os poderosos e elevar os humildes.

Trata-se, de facto, de humildade; humildade dos gestores em reconhecer que não sabem tudo, que os trabalhadores sabem como tornar o trabalho digno, e como melhorar os produtos ou serviços que prestam. Lutar pela democracia no trabalho é procurar um futuro e uma tecnologia que elevem os seres humanos, em vez de os rebaixar.

**Professora do Iscte**